

## 12

# ECONOMIA POPULAR E ESTRATÉGIAS DE RECIPROCIDADE EM AGROECOLOGIA CAMPONESA: PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS ENTRE O COLETIVO TERRA E O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES NO RIO DE JANEIRO\*

*Bruna Távora  
Cosme Henrique G. Miranda  
Débora Lins Batista*

## Introdução

Apesar da hegemonia das práticas econômicas no setor agroalimentar, que logrou impor a lógica da monocultura e da prática ambiental predatória para todo o mundo e transformar bens comuns – como a água, o solo e as sementes – em bens mercantilizáveis e apropriáveis, este relato busca sintetizar uma estratégia de reciprocidade desenvolvida pelo Coletivo Terra e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, com ênfase em uma experiência que ocorre no estado do Rio de Janeiro.

A experiência histórica de luta pela terra no Brasil tem desenvolvido, ao longo das décadas, formas de organização e resistência, legando à questão agrária uma centralidade nas lutas brasileiras. Acesso e permanência na terra, recursos para produção de subsistência e, por fim, o direito de produzir e comercializar alimentos, têm sido pautas pelas quais lutam os povos das florestas, dos rios e das matas, ao mesmo tempo em que enfrentam a violência e o genocídio de seus ecossistemas – que combina assassinatos de lideranças, extinção de políticas públicas e devastação ambiental.

Apesar disso, a agroecologia camponesa resiste e se mantém organizando redes de apoio e solidariedade, organizando-se através de uma economia popular (QUIJANO, 2007) que permite o controle do processo total – desde a produção até a distribuição e o escoamento dos alimentos. Hegemonizada por cooperativas e associações dirigidas pelos próprios camponeses (as), a agroecologia camponesa representa uma diferença em relação às práticas do agronegócio, comandadas por transnacionais e pelo empresariado rural.

---

\*DOI- 10.29388/978-65-86678-42-0-0-f.275-392

Nesse sentido, nesse relato, apresentamos duas iniciativas desenvolvidas em conjunto pelo Coletivo Terra e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. Uma, ligada ao processo de escoamento para a comercialização desenvolvido pelo MPA através do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) do movimento, que escoo semanalmente alimentos da base camponesa vinculada ao Coletivo Terra; e outra, ligada ao escoamento para doação, impulsionada pelo Coletivo Terra, e que permitiu à base camponesa vinculada ao MPA fortalecer a campanha Mutirão contra a Fome e distribuir alimentos agroecológicos para mais de 26 territórios em vulnerabilidade social.

## **Economias populares e abastecimento alimentar**

A estratégia de reciprocidade desenvolvida pelo coletivo de produtores e movimento social aqui implicados situa-se no contexto de uma prática popular de economia, em que os agentes sociais demandam o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua e recíproca no campo da produção e comercialização do sistema agroalimentar, assim garantindo a venda e o escoamento dos alimentos.

Os empreendimentos de economia popular se originaram nas lutas organizadas dos grupos sociais que enfrentam as problemáticas da carência, organizando formas econômicas para garantir sua sobrevivência e reprodução social. Trata-se de um conhecimento acumulado, expresso em um acervo de reflexões e experiências institucionais, que se desenvolveram tanto em experiências de caráter socialista quanto como alternativa às dinâmicas de exclusão do capitalismo no campo.

Dentre as estratégias de organização que são observadas nessas economias ditas populares, Anibal Quijano (2007) destaca as práticas de associativismo e auto-gestão. Orlando Nuñez (2007) e Gonzalo Vázquez (2017) analisam, contudo, que essas formas econômicas não advêm *à priori* da existência de valores solidários ou humanistas. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência diante da natureza do capitalismo, que impõe uma necessidade de organização e vinculação para garantir as diversas etapas que envolvem a produção e a circulação das mercadorias que produzem.

Os sujeitos que operam sua realização são marginalizados dos processos hegemônicos da economia, e, portanto,

[...] são as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo e, por conseguinte, o comportamento da realidade, o

que leva os trabalhadores a compreender que, só na medida que saiam e se liberem das regras do jogo do capitalismo, e exercitem práticas sociais será possível reapropriar-se do controle de seu trabalho, recursos e produtos [...] (QUIJANO, 2007, p.154, tradução nossa)<sup>1</sup>.

O autor explica que, com o contexto de crise do capital, amplos setores de trabalhadores exercitam práticas sociais marcadas pela apropriação do controle sobre o trabalho e em estratégias de reciprocidade para manejar – com menos desvantagem – as relações econômicas do sistema capitalista. Com isso, garantem o acesso às necessidades materiais necessárias para sua existência, em um processo produtivo que não se ancora na acumulação de excedentes, mas na reprodução social da vida dos envolvidos.

Nesse aspecto, as condições materiais e contingenciais da economia popular culminam em uma organização produtiva que resulta em recursos/processos para o benefício comum de seus participantes, e coexiste em uma contradição com as dinâmicas da economia hegemônica (VÁSQUEZ, 2017).

Deste modo, observa-se que os atores se organizam, ao mesmo tempo, esquivando-se das lógicas da economia capitalista e desenvolvendo formas cooperadas, arranjos institucionais próprios e diversos, e ações políticas aderentes à resolução de seus problemas, gerando, assim, uma racionalidade associativa, de reciprocidade, e *reprodutiva*, em que a solidariedade e a noção de cooperação (em oposição ao individualismo) são estruturantes desse modo de fazer (VÁZQUES, 2017; QUIJANO, 2007).

No caso da articulação aqui relatada, tem na base produtiva/paradigmática a agroecologia camponesa, uma lógica produtiva em oposição ao *agribusines*. Por um lado, há um trabalho de organização da produção, e, por outro, há um trabalho de organização da distribuição do consumo, de modo que, no caso analisado, é possível observar uma articulação da totalidade do processo de produção, distribuição, escoamento e comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos pelo campesinato fluminense, tornado possível por estratégias de cooperação e reciprocidade.

---

<sup>1</sup> “[...] son las necesidades materiales producidas por las tendencias actuales del capitalismo y el consiguiente comportamiento de la realidad, lo que lleva a los trabajadores a encontrar que sólo en la medida en que salgan y se liberen de las reglas de juego del capitalismo y ejerciten prácticas sociales que les lleven a reapropiarse del control de su trabajo, de sus recursos y de sus productos [...]”.

## Construção do Coletivo Terra

O Coletivo Terra é um núcleo de base situado no Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) INCRA/ITERJ, denominado Assentamento de Reforma Agrária Terra Prometida, oriundo da luta pela Reforma Agrária na Região da Baixada Fluminense – RJ. Atualmente este coletivo reúne produtores no Assentamento Terra Prometida, e pequenos agricultores da região de Xerém e Tinguá (Duque de Caxias e Nova Iguaçu – RJ).

A construção do coletivo se iniciou através de um trabalho de comercialização que se desenvolvia há quatro anos em conjunto com um núcleo de base do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

O objetivo central desta aliança pautou-se na articulação entre os trabalhadores para a construção de uma reflexão coletiva sobre a realidade agrária a que estão inseridos, e na busca de ações conjuntas para intervenção nesta realidade, identificando-se como sujeitos no processo de transformação da realidade.

A síntese produzida até aqui pontuou desafios em comum aos assentados e pequenos agricultores desta região, resultando em 2019 num coletivo para além do Assentamento Terra Prometida e assim se denominando Coletivo Terra.

### *Pequenos Agricultores e Assentados do Terra Prometida. Como assim desafios em comum?*

O movimento de envolver os agricultores do entorno ao Assentamento Terra Prometida no processo de reflexão da realidade agrária e na comercialização junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores, se deu nas Comunidades de São Lourenço, Piranema, Penha Caixão, Capivary e Mato Grosso, que fica no município de Duque de Caxias.

Identificamos que esses “pequenos agricultores” – que em outro tempo histórico eram “posseiros” – são herdeiros de um processo de luta pela terra contra fazendeiros “grileiros”, resultando em conflitos agrários que se desenvolveram na década de 1950 e 1960.

Em meados de 1952, na Fazenda São Lourenço, ocorreu o mais violento despejo de lavradores de que se teve notícia até então em todo Estado do Rio de Janeiro. Um Alemão portando um mandado judicial

e protegido por um grupo de 50 policiais armados de fuzis e metralhadoras despejou cerca de 150 famílias de agricultores que ali moravam a mais de 20 anos (SILVA, 199–, p. 8)

Esta ação violenta e parcialmente vitoriosa estimulou outros fazendeiros “grileiros” da região a requerer na justiça a reintegração de posse das fazendas Piranema, Penha Caixão, Capivary e Mato Grosso, resultando em 11 anos de conflitos.

Aproximadamente mais de 2000 mil famílias perderam ali todos seus bens. Os despejos que duraram de 1952 a 1963 só cessaram quando os posseiros, cansados de apelar para o judiciário, resolveram apelar para o Executivo através da SUPRA (SILVA, 199–, p. 9)

Na década de 1960 a sociedade trazia bandeiras de luta por reformas de base, e os conflitos agrários eram realidade em todo país, demandando ações de Reforma Agrária por parte do Governo Federal, o que resultou na criação da Superintendência de Política Agrária, SUPRA.

Os posseiros passaram à condição de assentados nos anos seguintes e, em 1983, apresentaram diversas pautas de reivindicações junto ao poder público. Dentre as reivindicações, destacamos estradas vicinais, concessão de créditos agrícolas, eletrificação rural, construção de escolas, construção de Posto Médico, drenagem de rios, assistência técnica estadual e federal, e mercado produtor isento de impostos, por serem as pautas semelhantes ao que tem sido apresentado pelos assentados do Assentamento Terra Prometida, desde 2007.

As reivindicações seguem as mesmas, com pouco avanço. Ainda permanece o abandono e descaso do poder público para com a agricultura nesta região. É em meio a essa realidade que foram se construindo ações coletivas para viabilizar a vida na agricultura.

## **A relação com a Agroecologia**

As 60 famílias da comunidade Terra Prometida chegaram a essa região em 2006, sendo instalada como Assentamento Terra Prometida através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ em 2008, e reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no ano de 2010.

No mesmo ano foi criado nesta região a Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu, o que restringe ações econômicas e de transformação estrutural visando a preservação do bioma.

Mas, como é um princípio das organizações de trabalhadores do campo, a formação e debate sobre as práticas e técnicas produtivas fundamentadas na agroecologia, “que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERI, 2012, p. 104), e a definição do Governo do Estado em demarcar essa região com uma APA (Área de Proteção Ambiental), não prejudicou em nada as atividades agrícolas desenvolvidas pelos assentados, uma vez que apenas dois produtores usam algum tipo de veneno na atividade agrícola e de forma muito pontual.

A agroecologia se apresenta como um acúmulo e uma articulação entre ciência e saberes tradicionais em meados dos anos 1970 e fornece um conjunto holístico, que envolve tecnologia, ciência, produtividade e comunitarismos, culminando em uma estrutura metodológica de trabalho que, ao mesmo tempo, se opõe ao sistema do agronegócio, e investiga novas técnicas produtivas e de cooperação.

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 90)

As famílias do Assentamento Terra Prometida iniciaram as atividades agrícolas nesta região, em meio às dificuldades estruturais, já considerando na prática a rotação de culturas, policultivos/consórcios, sistemas agroflorestais, cultivo de cobertura e integração animal no agroecossistema (ALTIERI, 2012).

Esta prática agrícola desenvolvida pelas famílias proporcionou uma interação social Campo e Cidade.

No campo, além da percepção coletiva já citadas, frente à realidade em que estamos inseridos, possibilitou aos agricultores do entorno verem

que é possível uma atividade agrícola produtiva e rentável, respeitando as características do ecossistema, alterando e recuperando bioma.

E na cidade, intensificou-se o interesse de conhecer esta realidade e participar como defensores e ativistas das ações que reforçam um projeto de sociedade que perpassa pela reforma agrária, agricultura familiar camponesa e alimentos saudáveis.

Coletivos urbanos começaram a demandar a produção para atender a região de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, haja vista que já ocorriam processos de abastecimento da produção para grupos de consumidores no centro do Rio de Janeiro desde 2011.

## **Inserção na comercialização do Coletivo Terra**

Foram várias as formas e experiências de comercialização desenvolvida coletivamente no assentamento Terra Prometida, mas vamos nos ater na iniciativa do ano de 2017, por considerar que é neste momento que as ações coletivas de comercialização se inclinam de forma sistêmica para o município de Duque de Caxias.

Um coletivo de assentados da Terra Prometida iniciou uma Feira no Centro de Duque de Caxias, denominada Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima. Esta iniciativa contou com o apoio do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro Caxias), Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) Nova Iguaçu e teve a participação Movimento dos Pequenos Agricultores.

As feiras aconteciam quinzenalmente aos sábados, levando os produtos agroecológicos a um preço popular, e como forma de garantir a atividade, desenvolveu com os consumidores a compra de alguns produtos de forma antecipada, chamando de *Cesta da Reforma Agrária*, oferecendo nove produtos oriundos da base produtiva da região.

A compra desta cesta tinha por objetivo viabilizar os custos de transporte para a realização da Feira Padre Geraldo Lima. Esta forma se desenvolveu por dois anos consecutivos e, em 2019, um companheiro que permitia o uso do espaço de forma gratuita aos agricultores para a realização da feira não conseguiu mais viabilizar os custos de aluguel do espaço.

O ano de 2019 terminou com um movimento coletivo de articulação para encontrar um espaço visando possibilitar o retorno da feira. Mas as demandas pelas cestas da reforma agrária seguiam e muitos apoiadores/consumidores vinham buscar, possibilitando, assim, a continuidade e existência do processo coletivo de comercialização regional.

Este movimento de comercialização contínuo aproximou ainda mais pequenos agricultores do entorno, reforçando que as soluções para os problemas da comercialização estão nas estratégias de reciprocidade e formas coletivas de organização, e demandando um aprofundamento organizativo para atender a procura, com uma diversidade de produtos existentes na região para além de 9 produtos que antes eram oferecidos na Cesta da Reforma Agrária. A Feira Regional Padre Geraldo Lima seguiu por aplicativo de celular e, desta forma, continua até hoje.

Frente aos desafios, a cooperação no trabalho passou da posição de uma ideia trazida externamente, a uma condição de exigência para o funcionamento do coletivo, e assim foi se acomodando no percurso, como um movimento natural outrora produzido historicamente pela humanidade.

O processo de cooperação no trabalho emerge desde os primórdios da organização da humanidade, há milhões de anos, na época em que os nossos antepassados se organizavam para a caça e colheita coletiva, a fim de fazer frente aos desafios e ameaças da natureza (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016, p. 61).

Outro desafio a ser considerado, que deve ser trabalhado em outra oportunidade, é a gestão coletiva e auto-gestão. O princípio da cooperação possibilitou um salto organizativo e facilitou a execução das tarefas, permitindo uma melhor organização do tempo, haja vista que estamos falando de um coletivo de produtores que se organizaram inicialmente através da demanda de comercializar a produção agroecológica de forma coletiva, planejada e continuada. O principal reflexo deste movimento foi o inevitável surgimento de uma maior quantidade de produtos em uma maior diversidade, coincidindo com o momento de início da pandemia.

## **Na Pandemia, Periferia e Nós por Nós.**

Quando as notícias apontaram a situação de Pandemia de COVID-19, não parecia que afetaria o momento organizativo que o coletivo estava vivendo, e seguiu-se fazendo as articulações visando a busca por um espaço para retomada da Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima. Mas, contraditoriamente à aglomeração que ocorre em um espaço de Feira, as ações apontadas pela sociedade indicaram a necessidade de um movimento de isolamento social.



O isolamento social colocou o coletivo em uma posição frágil, com excesso de produção e sem local para escoar, uma vez que a estratégia então desenhada estava nas bases da retomada da feira. E, piorando a situação, coletivos que adquiriam os produtos do Coletivo Terra tiveram também que se adequar a nova realidade posta, diminuindo os pedidos por não estarem mais realizando suas feiras em função do isolamento social.

As primeiras respostas ao contexto da pandemia, paralelo ao excesso de produção e organização coletiva, veio das periferias. Ana Santos, representante do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), que realiza um trabalho de organização com famílias no Complexo da Penha, voltado para agricultura urbana entre outros, iniciou contato em abril, através de uma indicação da Rede Ecológica, com o objetivo de adquirir os produtos do Coletivo Terra para atender as famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Nesta ação, o Coletivo Terra conseguiu abastecer a demanda do CEM com 700 kg de alimentos, numa diversidade de 11 produtos, sendo aipim amarelo, aipim branco, laranja lima, laranja seleta, laranja bahia, laranja pera, banana prata, banana prata mel, banana d'água, banana maçã, banana figo.

Nas próximas sessões, demonstraremos as estratégias de reciprocidade entre os movimentos aqui descritos.

## **Sistema de Abastecimento Alimentar Popular do Movimento dos Pequenos Agricultores (SAAP)**

Como pode ser observado neste relato, as resistências e os enfrentamentos protagonizados pelo campesinato brasileiro, na luta pela manutenção de seu território e soberania, são uma constante. A experiência do Coletivo Terra expressa a luta dos mais de 30 milhões de brasileiros que residem em zonas rurais e estão divididos em cerca de 4 milhões de territórios em todo o país (BOZA ; VINHA, 2020).

Apesar disso, as políticas públicas de infraestrutura de estradas e transporte, o crédito para a produção agrícola e as compras públicas da agricultura camponesa e familiar recebem apenas 15% dos créditos, enquanto o agronegócio fica com a maior parte do fundo público destinado a essas políticas (85%). (BOZA ; VINHA, 2020).

Nesse contexto, a demanda por uma articulação coletiva e permanente entre os movimentos sociais organizados é uma premissa para que o sistema da agroecologia camponesa ocorra, garantindo a soberania e auto-

nomia dos processos de produção e trabalho. Nessa perspectiva, o Movimento dos Pequenos Agricultores – movimento que surge no ano de 1996, no bojo da abertura neoliberal dos anos 1990 e passa a atuar no estado do Rio de Janeiro em 2013 – trata do objetivo de lutar pela soberania alimentar, garantindo não apenas a permanência na terra, mas também a organização política do campesinato, articulado através da produção e do escoamento dos alimentos agroecológicos.

Estes que são produzidos pelos Sistemas Camponeses de Produção, e, com a consolidação da luta, passam a constituir um Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) que busca organizar a totalidade do processo produtivo, abarcando as etapas de produção, comunicação, transporte, distribuição e comercialização de alimentos (SILVA, 2019). Isto, não apenas na perspectiva econômica, mas sobretudo, na perspectiva da organicidade do campesinato, no horizonte da construção de uma outra relação entre o homem/mulher e a natureza, e na perspectiva do Poder Popular (SILVA, 2019)

Trata-se de um sistema, ao mesmo tempo, político e econômico, que organiza a produção, distribuição e escoamento dos Sistemas Camponeses de Produção a ele vinculados. As formas de comercialização envolvem feiras, doações através da campanha Mutirão contra a Fome<sup>2</sup>, comercialização via sistema próprio<sup>3</sup> e grupos de aplicativo de mensagens no celular. Além disso, incorpora unidades de produção de outros seis estados: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Sergipe e Espírito Santo. Em relação à biodiversidade dos alimentos, atualmente está cadastrado na base de dados do SAAP/RJ, uma diversidade de 859 tipos de alimentos ofertados aos consumidores.

Atualmente, no estado do Rio de Janeiro, a experiência de abastecimento popular de alimentos ocorre escoando a produção camponesa e familiar de cerca de 21 territórios localizados do interior e litoral do Estado, e realiza a comercialização em Quatis, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, Visconde de Mauá, Resende, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Mangaratiba e na região metropolitana do RJ (Rio de Janeiro, Niterói e Paquetá).

---

<sup>2</sup> Campanha nacional idealizada pelo MPA, lançada em 09 de abril, que tem como objetivo a arrecadação e distribuição de alimentos da agroecologia camponesa da base do movimento para apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

<sup>3</sup> O MPA possui desde 2017 o site <[www.cestacamponesa.com.br](http://www.cestacamponesa.com.br)>, plataforma que foi cedida pela Rede Ecológica, por meio do qual se realizam os pedidos de comercialização.

**Tabela 1:** Territórios de localização das famílias camponesas que participam do SAAP (elaboração própria)

<b>Sistema Camponês de Produção</b>	<b>Território</b>
Associação de Produtores do Vale do Lúcius	Teresópolis, RJ
CoopaMesqui	Mesquita
Cogumelos Vale da Lua	Nova Friburgo, RJ
Coletivo Terra	Assentamento Terra Prometida – Tingüá, RJ
Dona Mirian e Seu Aldir	Assentamento Campo Alegre -
Márcia - Vargem Grande TERESOPO	Teresópolis, RJ
Naturalmente	Rio de Janeiro, RJ
Sítio Sabor da Montanha	Teresópolis, RJ
Sustenta Chips Banana e Alpim	Duque de Caxias, RJ
Unidade de Produção Camponesa Luciano	Nova Iguaçu, RJ
Unidade de Produção Camponesa Matheus	Assentamento Fazenda Pau Grande, Magé
Unidade de Produção Camponesa Seu Severino	Magé, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio do Hudson	Paty de Alferes, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio dos Sonhos	Areial, Três Rios
Unidade de Produção Camponesa Agroecovida	Bonfim, Petrópolis
Unidade de Produção Camponesa Josué	Barra do Piraí, RJ
Quilombo de Santa Justina e Santa Izabel	Managaratiba, RJ
Unidade de Produção Camponesa Vicente E Cia	Quilombo de Santana, Quatis/RJ
Unidade de Produção Camponesa Thiago	Silva Jardim, RJ
Unidade de Produção Camponesa Sítio Birico	São João da Barra
Unidade de Produção Camponesa Sítio Muxuango	Pitangueiras, Campos dos Goytacazes

**Fonte:** Autores

Desde o início da pandemia da COVID-19, as formas de consumo, comercialização e escoamento tiveram que ser alteradas, pela restrição da circulação de pessoas e mercadorias e pela diminuição das feiras livres – fato que aumentou a demanda pelo escoamento dos alimentos produzidos pelas famílias camponesas e promoveu uma articulação entre categorias de trabalhadores urbanos do transporte, que passaram a participar do SAAP (taxistas, mototaxistas e barqueiros).

Na época do isolamento social, o trabalho do SAAP concentrou-se no espaço Raízes do Brasil, localizado no bairro de Santa Tereza, capital do

RJ. O espaço, que abarcava outros serviços como restaurante e hospedagem, converteu-se em Centro de Abastecimento Alimentar Popular, passando a atuar exclusivamente na estruturação da logística, organização e distribuição dos alimentos. Atualmente, sua estrutura de trabalho divide-se nas seguintes brigadas: brigada de abastecimento externo (sistematização, finanças e comunicação) e abastecimento interno (montagem de cestas, logística, estocagem e armazenamento).

Especificamente na região metropolitana, o escoamento se manteve através da Feira Camponesa, que ocorre sábados e quartas-feiras, e através da comercialização de Cestas Camponesas. A comercialização de cestas é organizada através dos Núcleos Territoriais de Consumo, que somam 20 territórios, agrupando cerca de 65 bairros nas zonas sul, centro, e zona norte no Rio de Janeiro, e nas cidades de Paquetá e Niterói. Os grupos são organizados através de aplicativo de mensagens de celular, e, atualmente, possuem cerca de 3.411 cestantes ativos em todo o sistema de entregas da região metropolitana.

Desde o início dos decretos de isolamento social (contado a partir de 22 de março) até o dia 31 de julho, já foram comercializadas cerca de 100 toneladas de alimentos, somando 5.337 pedidos de cestas camponesas. Os dados representam um aumento de 128% em relação à fase histórica anterior (2017-2020) contendo uma diversidade de 435 tipos de produtos in natura ou beneficiados.

Neste relato, iremos expor duas ações que ocorrem através de estratégias de reciprocidade entre o Coletivo Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores. Uma ligada à participação do Coletivo Terra ao SAAP, por meio da comercialização dos alimentos produzidos pela base organizada pelo coletivo, e que atende a demanda de comercialização dos Núcleos Territoriais de Consumidores que ficam em Niterói, Paquetá e Rio de Janeiro. E a outra ligada às doações realizadas pelo Movimenta Caxias, que articulou a doação de alimentos para um conjunto diversificado de territórios, incluindo ocupações e quilombos.

## **Reciprocidade e comercialização entre o Coletivo Terra e o MPA: escoamento e comercialização pelo SAAP, escoamento e doação por campanhas de solidariedade**

A metodologia de exposição desse relato consistiu em observar a experiência analisada a partir da mediação teórica do documento político

intitulado *Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular*, que apresenta 5 eixos para sua construção e tem como perspectiva uma via campesina de organização da agricultura (SILVA, 2019).

Os cinco eixos presentes no plano consistem em: 1) campesinato, história e memória, 2) terra e território, 3) soberania, 4) nova base produtiva, 5) nova geração camponesa e feminismo camponês popular. O relato de experiência aqui analisado concentra-se no eixo 3 e 4 – soberania e nova base produtiva, especificamente no item “abastecimento popular e agroecologia”.

Embora possamos afirmar que, pela natureza totalizante e holística das experiências em agroecologia, todos os eixos perpassam o relato, entendemos que a ênfase do trabalho esteve em consolidar uma estrutura de produção de abastecimento alimentar ligada ao processo de comercialização, por um lado, e, por outro, ao aspecto da soberania entre os movimentos sociais que atuam – soberania entendida, de acordo com os argumentos de Silva (2019, p.53), como àquela ligada à “[...] de poder popular [que] conduz a experiências no âmbito territorial: enfrentamento aos projetos do capital e produção e reprodução de autonomia relativa”.

a) *diversidade produtiva e alimentar* – Desde o início do isolamento social, já foram escoados pelo SAAP cerca de 3 toneladas e 170 quilos de 17 variedades de alimentos de 27 famílias da base camponesa vinculada ao Coletivo Terra, dentre eles: banana prata, banana ouro, banana d’água, laranja bahia, limão galego, limão taiti, tangerina pokan, laranja pera, melado, abóbora, chuchu, abobrinha, queijo e ovos.

b) *valorização do campesinato, sua história e memória*; pelo SAAP desenvolvemos duas experiências comunicativas em articulação com o Coletivo Terra. Foram as experiências “*Deu na Roça tem na Cesta*” e “*Deu na Cesta foi pra Horta*”.

**Figura 1** - Panfleto digital de comunicação que divulga o trabalho do camponês Seu Ismael (in memorian), produtor de limão galego e membro do Coletivo Terra.



A ação é parte de uma campanha internacional, puxada pela Via Campesina, intitulada *Fique em Casa, Produziremos seu Alimento*, e tem o objetivo de demonstrar o papel da produção familiar camponesa e agroecológica no momento da crise. Na articulação entre MPA e Coletivo Terra, foi realizada uma comunicação com o camponês Ismael Silva, produtor de limão da variedade limão galego.

A peça de comunicação<sup>4</sup> foi distribuída nas redes sociais estadual e nacional do MPA, e circulou nos 20 grupos de aplicativos de mensagem de celular do sistema.

c) *Fortalecimento dos vínculos sociais e políticos através da organização de produção e abastecimento alimentar popular* entre o campesinato e

<sup>4</sup> A postagem pode ser acessada em:

<<https://www.facebook.com/barracacamponesa/posts/17110936425721680>>

as populações urbanas através da necessidade de implementar estratégias de reciprocidade para garantir a distribuição e o acesso aos alimentos.

Vamos nos deter nesse ponto, pois essa estratégia aproximou e aprofundou os vínculos entre as organizações políticas participantes, tendo gerado como fruto uma importante ação de solidariedade desenvolvida pelo Movimenta Caxias em aliança com MPA, através da campanha do Mutirão contra a Fome, e que ocorreu através da articulação e mediação do Coletivo Terra.

No mês de maio, um integrante do coletivo Movimenta Caxias, Wesley Teixeira, fez contato para acionar o Coletivo Terra com a demanda de fornecimento de cestas para as famílias, também em condição de vulnerabilidade, na cidade de Duque de Caxias. Inicialmente, a disponibilidade do Coletivo Terra em atender a demanda garantiu o fornecimento de 400 cestas, considerando o tempo de aprendizagem coletiva para um pedido de mais de 20 mil cestas em um projeto que durou 3 meses. As 400 cestas oferecidas contemplavam nove produtos, pesando entre 7 a 9 kg de alimentos por bolsa, com liberdade em disponibilizar os produtos da safra.

Cada cesta recebeu 2 tipos de legumes, 2 tipos de frutas, 3 tipos de verduras e 2 produtos minimamente processados. Serviram de ensaio e reflexão coletiva do potencial produtivo da região de Xerém, Duque de Caxias e Tinguá e Nova Iguaçu.

Como resultado organizativo, estimulou a criação de diferentes grupos de trabalho internos ao Coletivo Terra, permitindo uma maior segurança para atender um maior volume de cestas no mês seguinte. Ao mesmo tempo, mostrou a necessidade de uma articulação maior, para além do potencial produtivo do coletivo. E, assim, iniciou-se a busca por parceria também na perspectiva da solidariedade de classe, com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que já vinha desenvolvendo a campanha do Mutirão contra a Fome

Deste modo, o Coletivo Terra ampliou a articulação que já existia com o Movimento dos Pequenos Agricultores, através da entrega de alimentos de 27 famílias para o sistema de distribuição do MPA, o SAAP, e passou a organizar o abastecimento de cestas que seriam destinadas à doação. Ao juntarmos as forças coletivas, foi possível a realização de um fornecimento maior de cestas ao Movimenta Caxias.

No mês de junho realizou-se o fornecimento de 4 mil cestas e, em seguida, no mês julho, foram entregues mais de 6 mil cestas. O abastecimento popular de alimentos garantiu a distribuição das cestas de alimentos agroecológicos livres de venenos para 28 territórios de periferia e inseguros

rança alimentar, envolvendo 6 cidades (Duque de Caxias<sup>5</sup>, Búzios, Cabo Frio, Rio de Janeiro<sup>6</sup>, Queimados e Belford Roxo) e 4 territórios quilombolas<sup>7</sup>. O saldo total de fornecimento de cestas ao Movimenta Caxias foi de 10.400 cestas, contabilizando um abastecimento alimentar e popular de 80 toneladas de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar camponesa.

Através dessa articulação, a base camponesa vinculada ao MPA garantiu o escoamento de cerca de 8 toneladas de folhosas, oriundas da Associação de Produtores do Vale do Lúcius (Aproluc) em Teresópolis, contendo cerca de 10 variedades de hortaliças: repolho, chicória, alface crespa, lisa ou roxa, brócolis, espinafre, coentro, rúcula e cheiro verde. A ação teve importância não somente econômica, mas também política, pois permitiu ao MPA ampliar e fortalecer a campanha do Mutirão contra a Fome, e também realizar atividades de formação política e de estímulo à solidariedade de classe com os camponeses envolvidos nas entregas dos alimentos para a cesta do Movimenta Caxias.

A articulação recíproca entre o MPA, o Movimenta Caxias e o Coletivo Terra garantiu o abastecimento alimentar e popular para cerca de 10 mil famílias mais necessitadas, em um momento de emergência diante da crise produzida no contexto da Pandemia de Covid-19.

## Considerações finais

Este relato de experiência buscou sintetizar as formas organizativas desenvolvidas através de relações de reciprocidades e solidariedade, próprias das economias populares organizadas pelas classes trabalhadoras, entre o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Coletivo Terra. Pelo exposto, foi observado que, graças a essa aliança, ambas as organizações aumentaram sua capacidade de produção, abastecimento e escoamento de alimentos agroecológicos. Fato que não seria possível isoladamente, e que possibilitou um aumento da escala e da distribuição de alimentos.

<sup>5</sup> Nas regiões do Parque Centenário, Vila Operária, Parque das Missões, CD-VIDA (atendimento psicológico às vítimas de violência domésticas) que fica na igreja Sto. Antônio (Centro de Caxias); Saracuruna, Parque Paulista, Comunidade Beira Mar, Bairro de São Bento, Jardim Gramacho, Bairro de Laureano, Parque Fluminense, Comunidade Pantanal, Morro de São Pedro, Parque Vila Nova (mais conhecido como “Lixão”).

<sup>6</sup> Nos seguintes territórios: Complexo do Lins, Parada de Lucas, Vila Isabel, São Bento (Taquara), Acari, Campo Grande, Organização Casa das Pretas, Centro e Rocha Miranda.

<sup>7</sup> Quilombo da Raza (Búzios), Quilombo do Espírito Santo (Cabo Frio), Quilombo de Maria Joaquina (Cabo Frio) e Quilombo de Botafogo (Cabo Frio).



Além disso, o relato expressa o desenvolvimento de estratégias de cooperação e reciprocidade que se diferenciam da prática predatória e exploratória gerida pelo sistema agroalimentar hegemônico.

A experiência, ainda que organizada em pequena escala, permite não apenas concretizar a produção e distribuição alimentar dessas organizações, mas permite também desenvolver aprendizagens e conhecimentos próprios de uma economia popular do sistema agroalimentar, englobando desde os aspectos produtivos, até os aspectos de estocagem, transporte e armazenamento, comunicação e distribuição. Também permite a vivência cotidiana de outras racionalidades produtivas, que privilegiam a reprodução social e o ser humano em detrimento da apropriação privada dos lucros, e, deste modo, se direciona a uma estratégia que incorpora a perspectiva da soberania, da auto-organização e do poder popular dos grupos em luta.

Essas estratégias passam a organizar a forma social da vida e da cultura desses grupos, mediando novas aprendizagens, formas de conhecimento e novos vínculos. Um importante fato a ser destacado é sua potencialidade para constituir uma racionalidade alternativa que irradia das práticas concretas, construindo formas de conhecimento, ações e reflexões que estimulem novas relações entre o homem e a natureza.

É importante destacar, contudo, que esse processo é contraditório e permeado por constrangimentos próprios da economia do capital, e que sua ocorrência não depende de “boa vontade” apenas, mas sim da potencialidade em construir experiências concretas que produzam respostas aos problemas enfrentados pelo campesinato fluminense.

Deste modo, é preciso considerar suas limitações – em termos de escala comparativa com os monopólios do agronegócio, e também em termos culturais – e desafios para auto-organização coletiva, num cenário onde vigoram valores como competitividade e individualidade próprias do sistema do capital. Deste modo, afirmamos seu caráter limitado em razão de seu alcance reduzido, representando um aspecto minoritário dentro do sistema agroalimentar, caracterizado pela lógica predatória e genocida de exploração dos bens comuns e do meio ambiente.

Apesar disso, o que sugerimos é que são as experiências concretas realizadas pelos movimentos sociais que impulsionam estratégias de reciprocidade no interior de uma economia popular que resiste, o que permite convocar uma imaginação política, que, por sua vez, gere descontinuidades estruturais para a alcançarmos novas formas

institucionais de relacionamento entre o homem e a natureza em toda a sua dimensão social, ambiental, ética e política.

## Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BOZA, H. J.; VINHA, J. F. de S. C. Mercado popular de alimentos: território da agricultura camponesa e da luta pela soberania alimentar no município de São Gabriel da Palha (ES). **Boletim Goiano De Geografia**, Goiânia, v. 40, n.1, p. 1-26. Mar. 2020

CHISTOFFOLI, P.; AZERÊDO, R. A relação cooperação – autogestão. Aspectos históricos de uma difícil e necessária construção dialética. In: MAZIN, Angelo; NOVAES, Henrique; PIRES, João; LOPES, Joice (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. Ed. Outras Expressões, São Paulo, 2016, p. 61-75.

NÚÑEZ, O. La economía popular, asociativa y autogestionaria. In: CORAGGIO, L. (Org). **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Ed. Altamira, 2007, p. 111-144.

QUIJANO, A. ¿Sistemas alternativos de producción? In: CORAGGIO, L. (org). **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Ed. Altamira, 2007, p. 145-164.

SILVA, F J. da. **Reforma Agrária em Duque de Caxias 1952 a 1992**. Cartilha de formação financiada pela Diocese de Duque de Caxias; Revisão do texto: Carmem Lucia Sant’Anna Goms; [S.l. S.n. 199-]

SILVA, M. (Org.). **Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

VÁSQUEZ, G. Antecedentes de la Noción de Economía Popular: La Perspectiva Coraggiana. **Cartografías Del Sur Revista De Ciencias Artes Y Tecnología**, n. 6, p. 98-110. Dez. 2017